

Revista de
**Direito Econômico e
Socioambiental**

ISSN 2179-8214

Licenciado sob uma Licença Creative Commons



REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

vol. 8 | n. 1 | janeiro/abril 2017 | ISSN 2179-8214

Periodicidade quadrimestral | www.pucpr.br/direitoeconomico

Curitiba | Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR



Políticas públicas e a ascensão de uma nova classe média como instrumento de reprodução do capitalismo (uma visão crítica)

Public policies and the ascension of a new medium class as an instrument of the reproduction of capitalism (a critical vision)

Eduardo Biacchi Gomes*

Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (Brasil)
eduardobiacchigomes@gmail.com

André Leonardo Jaboniski**

Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (Brasil)
jaboniski@hotmail.com

Recebido: 30/07/2015

Aprovado: 04/03/2016

Received: 07/30/2015

Approved: 03/04/2016

Como citar este artigo/How to cite this article: GOMES, Eduardo Biacchi; JABONISKI, André Leonardo. Políticas públicas e a ascensão de uma nova classe média como instrumento de reprodução do capitalismo (uma visão crítica). **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 267-288, jan./abr. 2017. doi: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v8i1.17697

* Professor-Adjunto do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil) na Graduação e Mestrado em Direito (Curitiba-PR, Brasil). Professor Titular em Direito Internacional na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR, Brasil). Professor-Adjunto de Direito na Uninter (Curitiba-PR, Brasil). Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: eduardobiacchigomes@gmail.com

** Mestre em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (Curitiba-PR, Brasil). Especialização em Direito e Processo Civil pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). E-mail: jaboniski@hotmail.com

Resumo

Presente o debate sobre a ascensão social da “ralé” estrutural ao estrato dos batalhadores brasileiros. Tais mudanças sociais são decorrentes de políticas públicas redistributivas adotadas pelo governo nos últimos anos e que não condizem com uma visão economicista de ascensão de uma nova classe média. Pelas recentes alterações das condições de vida de uma parcela da sociedade brasileira, com a sua inclusão no mercado de bens de consumo; indaga-se se estaríamos diante de uma nova classe média ou diante de mais uma reconstrução do capitalismo e seu discurso sedutor para induzir os batalhadores brasileiros a se submeterem às novas condições de trabalho? Entenda-se referidas condições de trabalho como: flexibilizadas precarizadas, bem como, de indução ao fetichismo de consumo enquanto formador de um espírito artificial de felicidade e sequestrador da subjetividade destes indivíduos. Assim, importante se torna a discussão acerca das condições de vida deste novo grupo social, bem como dos aspectos que a diferenciam da classe social e sua consciência de classe, dentro do contexto laboral.

Palavras-chave: classe social; nova classe média; batalhadores; capitalismo; consciência de classe.

Abstract

The social rise of the "ragtag" to the structural stratum of Brazilian workers. These changes are due to redistributive policies adopted by the government in recent years and are not justified like an economic view of the rise of a new middle class. The recent changes in the living conditions by part of the Brazilian society, with its inclusion in the market of the consumer goods bring us a question if we would be facing a new middle class or before another reconstruction of capitalism and its seductive speech to induce Brazilian workers to submit to the new conditions of work? It is understood these working conditions as precarious relaxed as well, inducing the fetishism consumption while forming an artificial spirit of happiness and kidnapper of subjectivity of these individuals. So important the discussion about the living conditions of this new social group as well as the aspects that differentiate social class and their class consciousness within the workplace.

Keywords: social class; new middle class; fighters; capitalism; class consciousness.

1. Introdução

As condições de vida da classe trabalhadora nos últimos anos melhoraram significativamente em virtude de uma série de políticas públicas e de atendimento a este estrato social. Assim, o discurso economicista de surgimento de uma “nova classe média” não prospera,

sobretudo quando passamos a tratar do capital material e imaterial que formam o conteúdo necessário para produção e a transmissão às futuras gerações, reproduzindo as classes e seus privilégios.

Durante a primeira década de 2000, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais faixas de remuneração reduziram a sua posição relativa (POCHMANN, 2012, p. 20).

Com a revitalização do salário mínimo, houve a elevação do poder de compra das remunerações dos trabalhadores vinculados ao piso salarial. Com isso uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza.

Contudo, esta melhora das condições materiais de vida dos trabalhadores não corresponde efetivamente à sua ascensão à classe média (ou nova classe média como prefere o discurso da moda), isto porque estes indivíduos não possuem o patrimônio imaterial (social, político e cultural) que lhe assegura a internalização dos valores que lhe conferem uma identidade de classe, faltando-lhe a consciência de classe em si e para si, capacidade que confere maior autonomia e independência para reconhecer a sua condição de proletariado, sua condição de explorado.

Assim, o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise crítica do que se entende pela nova classe média brasileira dentro da nossa sociedade, de forma a demonstrar que as referidas “conquistas” trazem para junto de si uma outra realidade.

2. A divisão por classes nas sociedades capitalistas

Para uma melhor compreensão de todo arcabouço criado e desenvolvido pelo capital para a indução do trabalhador à submissão aos meios de exploração e expropriação de sua força de trabalho, é necessário passarmos por um breve apontamento acerca da estrutura das sociedades capitalistas baseadas em classes.

Para tanto, classes sociais, não podem ser determinadas pela renda e nem pelo lugar ocupado pelo indivíduo no sistema produtivo, mas sim, por uma visão de mundo, um *habitus*, que pode ser identificado em

comportamentos e atitudes de forma consciente, determinada não apenas por um momento pré-reflexivo.

Esse esclarecimento teórico é fundamental para que a dominação social de alguns poucos setores privilegiados, com acesso à possibilidade de construir e utilizar para seus próprios fins a “pauta das questões julgadas relevantes” em cada época e sociedade específica, não distorça os fatos de modo a legitimar os próprios privilégios (SOUZA, 2012b, p. 45).

Para Karl Marx (2004, p. 9-10), a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.

Estas relações de subordinação e exploração referidas pelo autor, são preexistentes à qualquer forma de regulação das mesmas.

Desta forma, sob o capitalismo, o trabalho se transforma em mercadoria que é comprada e vendida na sociedade – inclusive recebendo este nome: mercado de trabalho.

As relações mercantis da força de trabalho, nas quais o comprador, burguês, se apropria de parte do que caberia ao trabalhador, proletário, são preexistentes às formas jurídicas que as irão regular, estabilizando-as e normalizando-as (RAMOS FILHO, 2013, p. 3).

A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação que era honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados. Ela arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro (MARX, 2004, p. 13-14).

Antes desta configuração, era o Estado o responsável por refrear os antagonismos existentes entre as classes, sendo que este era sempre o Estado da classe mais poderosa, ou seja, representava a classe economicamente dominante que, em virtude disso, se tornava politicamente dominante e adquiria, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.

Não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital (LENIN, 2007, p. 32).

Marx (2004, p. 19-20) explica que as armas que o capital, na figura da burguesia, abateu o feudalismo, voltaram-se contra o próprio capital. Contudo, ela não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar estas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado. Assim:

Na mesma medida em que a burguesia – isto é, o capital – se desenvolve, também o proletariado se desenvolve. A classe trabalhadora moderna desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital. Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios aos poucos, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio, e são, por consequência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado (MARX, 2004, p. 19-20).

O que caracteriza, fundamentalmente, as relações capitalistas de produção é a apropriação dos meios de produção por uns e a expropriação de parte da produção decorrente da venda da força de trabalho de outros.

Estas relações que se estabelecem entre aqueles que vendem e aqueles que compram a força de trabalho conduzem à divisão das sociedades capitalistas em duas classes sociais fundamentais, com interesses antagônicos e irreconciliáveis. Cabe ao direito do trabalhador regular e organizar as relações entre ambas e ao Estado a manutenção e a perenização destas relações” (RAMOS FILHO, 2013, p. 3).

Na atual sociedade, que adota como modo de organização da produção o capitalismo, esses antagonismos não foram abolidos, ao contrário: inserem-se novas condições de opressão e novas formas de luta (NEVES, 2013, p. 281).

A burguesia, afinal, como estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva.

O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia (MARX, 2004, p. 12-13).

Em síntese, seguindo na linha de pensamento marxista que norteará o presente trabalho até a sua conclusão final, podemos apontar que (i) as relações de produção constituem as relações sociais, ou seja, não se limitam apenas ao período em que o trabalhador se encontra na fábrica, mas sim, no seu tempo de não-trabalho também; (ii) que as relações sociais, seja dentro ou fora da fábrica, determinam a vida de relações e uma determinada maneira de existir nas sociedades capitalistas; (iii) o direito regula a maneira de existir do capitalismo, limitando e autorizando ao mesmo tempo, distribuindo de modo desigual e assimétrico os bens e as parcelas de poder na sociedade dividida em classes sociais” (RAMOS FILHO, 2013, p. 4).

Podemos dizer que, há muito tempo, com as inovações tecnológicas e a capacidade de transformação da natureza seria possível a extinção da pobreza absoluta em âmbito global. Contudo, o principal problema das sociedades atuais, mais do que nunca, não é o da escassez de riqueza, mas o de sua distribuição (RAMOS FILHO, 2013, p. 16).

Em virtude dessas contradições entre classes, no contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a acumulação é viabilizada enquanto for também mantida nos marcos de uma harmonia formal. A harmonia obtida por intermédio da justificação simbólica dos modelos de gestão da produção capitalista (NEVES, 2013, p. 284).

Neste sentido, ilustra Marx (2004, p. 29):

A condição essencial para a existência e para o poder da classe burguesa é a formação e o crescimento de capital. A condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado fundamenta-se exclusivamente na competição entre os trabalhadores. O avanço da indústria, cujo promotor involuntário é a burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, em virtude da competição, pela combinação revolucionária, devido à associação.

A partir deste projeto ideológico, que torna invisível o exercício do poder que naturaliza o processo de injustiça da divisão da sociedade em classes, objetiva o “adestramento” e a “docilização” dos indivíduos pertencentes à classe explorada, proporcionaria o “modo de vida” que

permitiria o trabalhador à se submeter de forma “voluntária” ao poder do empregador.

Explica Wilson Ramos Filho (2012, p. 108):

Individualizado e comparado com a produtividade de outros trabalhadores, este trabalhador passaria a competir com seus companheiros nos processos de premiação por desempenho, minando a solidariedade social entre aqueles que vendem a força de trabalho para poder sobreviver. Por fim, já docilizado, adestrado, isolado e “imunizado” quanto aos riscos de sua adesão às alternativas anti-capitalistas, a este trabalhador sem identidade classista se ofertaria a adesão a uma das seguintes alternativas: (i) ser permanente treinado, retreinado e normalizado; ou (ii) ser excluído, por imprestável ao sistema, completando a terceira etapa de implantação do poder disciplinar.

Em contrapartida, o proletário, na condição de classe explorada, dotada de consciência de classe, outorgando uma dimensão política para o proletariado e para o enfrentamento da luta entre as classes.

Entretanto, para Marx não basta a similaridade das condições de vida (classe-em-si) para que tal potencialidade transformadora se opere. Faz-se necessária a consciência de classe (classe-para-si) para que a massa de explorados se mobilize contra a “classe dos exploradores” (RAMOS FILHO, 2013, p. 5).

Note-se que desde as discussões clássicas acerca da divisão da sociedade por classes, há o elemento intersubjetivo que liga os indivíduos destas, seja pelas condições de vida, entre elas as condições materiais, seja questão imaterial, consciência de pertencimento à determinado grupo social, levando entre outros elementos, o cultural.

Para Jessé Souza (2012b, p. 22-23), autor que inspira a presente pesquisa, o economicismo liberal percebe a realidade das classes sociais apenas pelo seu critério econômico, material, o que equivale a desconsiderar todos os demais fatores que compõem os indivíduos que a formam, tais como condições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito.

Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, de fato, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente

“compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo (SOUZA, 2012b, p. 22-23).

A luta de classes e suas transformações na sociedade apontam para uma conjuntura de fatores materiais e, principalmente, imateriais que existem de forma explícita e/ou velada, e que situam de forma mais fundamentada o espaço ocupado por esses novos trabalhadores na pirâmide social brasileira.

3. Os novos proletários: a ascensão da ralé a condição de trabalhador

Todos os dias somos bombardeados por notícias e informações (falsas, ou ao menos, incompletas, direcionadas e mal intencionadas) de que os problemas sociais e políticos brasileiros já são conhecidos e já foram devidamente mapeados. Estas notícias e informações não são dignas de credibilidade eis que partem unicamente de uma perspectiva economicista, onde a realidade dos mais plurais indivíduos tem, segundo estas fontes, as mesmas causas e efeitos (SOUZA, 2009, p. 15) - discurso este que dá suporte à tão festejada meritocracia defendida pela direita burguesa.

Cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e a questão seria a necessidade de uma “gerência” eficiente — a crença fundamental de toda visão tecnocrática do mundo, quando em verdade existe um total desconhecimento sobre o tema em questão por parte dos analistas (SOUZA, 2009, p. 17).

Tal fato, segundo o autor, foi responsável pela criação, ou ao menos, pelo agravamento da situação de precariedade de uma classe inteira, que se caracteriza por indivíduos desprovidos de capital econômico e/ou cultural, ou seja, das precondições sociais, morais e culturais que permitem a apropriação da noção de classe social e seu pertencimento.

Essa classe social é denominada por Jessé Souza de “ralé” estrutural, a fim de demonstrar o abandono social e político, consentido por toda uma sociedade, de toda uma classe de indivíduos precarizados. Essa classe só é percebida no debate público como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais (SOUZA, 2012a, p. 25).

Nas próprias palavras do autor (2012a, p. 21):

[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc.

A expressão “*lumpenproletariat*” literalmente significa “proletariado maltrapilho”. Muito embora num primeiro momento esta expressão não seja conveniente para indicar os indivíduos desta classe social, pelo menos na sua significação original, a expressão foi ressignificada pelos vários marxismos para nela inserir também aqueles que são lançados à condição de exclusão social pelo desemprego crônico estrutural ou pelo desemprego intencional, volitivo, eternamente dependente da assistência social (RAMOS FILHO, 2013, p. 9).

Essa classe social representa cerca de 1/3 da população brasileira, totalmente despreparada para o mercado de trabalho, justamente por não possuir o capital econômico e o capital cultural necessários para as atuais exigências do mercado de trabalho, por isso necessária a ressignificação do termo marxista, eis que estes indivíduos da ralé encontram-se excluídos do mercado de compra e venda da força de trabalho (SOUZA, 2009, p. 22).

É em razão destas características que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição (SOUZA, 2009, p. 22).

Ou seja:

Os indivíduos se apresentam como dispensáveis, como o não-ser, ao passo que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva, reafirmando a sua condição de marginalidade, seja quanto ao aspecto econômico-produtivo e principalmente, no aspecto político (SOUZA, 2012a, p. 121).

Delineado os contornos deste estrato social, imaginemos que esta classe, assim como as demais, formam cada uma, uma pirâmide social. Esta, terá em sua base, aquelas menos abastados dentre os seus “iguais”, estando estes sob o risco de retroceder, de rebaixar o seu estrato social. Noutro extremo, teremos a elite deste grupo que, mesmo pertencendo a este estrato social, está muito mais próximo de ascender de classe do que de retroceder.

Deste raciocínio, podemos subsumir que o setor que compreende a elite da ralé, bem como a base da classe média, compreende indivíduos que diariamente lutam para a melhora de suas condições de vida e mais do que isso, lutam para que não haja um retrocesso de condições materiais e imateriais para si e para os seus dependentes. Estas pessoas formam a nova classe trabalhadora ou, como prefere Jessé Souza, os batalhadores.

No seu livro *“Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?”*, Jessé Souza (2012a, p. 51) identifica uma nova categoria de trabalhadores “oriundos da ralé” – ou da elite da ralé – para a qual os fatores destrutivos puderam ser compensados de algum modo eficaz – e conseguiram a duras penas a ascensão material e alguma dose de autoestima e de reconhecimento social.

Da mesma forma que a ralé, contudo, em menor intensidade, esta classe também sofre diariamente com a estigmatização e o esquecimento, mas, ao mesmo tempo, conseguiu, por intermédio de uma conjunção de fatores que serão discutidos em detalhe a seguir, internalizar e incorporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do novo capitalismo financeiro (SOUZA, 2012a, p. 47-48).

Assim, a diferenciação dos batalhadores em relação à ralé, muito mais do que critérios materiais, se caracteriza por pré-condições de comportamento que tornam os primeiros mais aptos a venderem sua força de trabalho às classes superiores.

Uma das características que faz com que os batalhadores tenham mais êxito na condição de explorado é a capacidade de planejar a vida e de pensar o futuro como mais importante que o presente, esta característica é um privilégio que a ralé não possui, eis que esta é sempre refém do “presente eterno”, dos problemas que não podem ser adiados (SOUZA, 2012a, p. 51).

Em resumo, os batalhadores, por possuírem o que Giovanni Alves (2011, p. 22-26) denomina de “sociometabolismo da barbárie”, melhor se adaptam às novas condições históricas de reprodução expandida do capital, e por isso, acabam alcançando melhores condições materiais de vida, ainda que lhe falte todos os demais componentes imateriais exclusivos das classes superiores, sobretudo, o que costuma-se chamar de “qualidade de vida”.

4. Os batalhadores e a nova classe média

Nos últimos anos um discurso economicista de ascensão de uma nova classe média ganha destaque. Todavia, importante necessário refletir acerca da veracidade deste discurso, quais suas intenções, seus objetivos, que critérios dão credibilidade a este.

Importante destacar que na ideia de “milagre econômico”, existe um discurso de violência simbólica¹ que se propõe a induzir os batalhadores brasileiros, por sua particular situação na pirâmide social, a se submeterem aos mais novos e perversos métodos de exploração de mão de obra e expropriação da mais valia.

Referido milagre econômico tem como suporte fático o aumento do valor do salário mínimo, que elevou o poder de compra, bem como pela expansão das ocupações de salário de base, tais como setor terciário,

¹ A violência simbólica perpetrada aqui age no sentido de negar toda a “construção social do privilégio” como privilégio de classe, transmitido familiarmente de modo insensível e “invisível” pelos mecanismos de socialização familiar. A naturalidade dos “bons modos”, da “boa fala” e dos “bons comportamentos” passa a ser percebida como mérito individual, pelo esquecimento do processo lento e custoso, típico da socialização familiar, que é peculiar a cada classe social específica. Esquecida a gênese social de todo privilégio – no fundo um privilégio de sangue como todo privilégio pré-moderno –, os indivíduos das classes dominantes podem aparecer como produto “mágico” do talento divino e se reconhecerem mutuamente como seres especiais merecedores da felicidade que possuem (SOUZA, 2012b, p. 48-49)

construção civil e indústria extrativa, fortemente vinculadas à remuneração por piso salarial, favorecendo a migração dos trabalhadores da elite da ralé para a base da classe média, mas que desta não fazem parte.

Esta última, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros, ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período (POCHMANN, 2012, p. 20-21).

Wilson Ramos Filho (2013, p. 10-11) também aponta que os dados estatísticos demonstram que o Brasil dos últimos anos vive um momento de crescimento econômico que tem como estratégia a distribuição de renda para um grande contingente de pessoas que se encontrava fora do mercado de consumo interno, o que permitiu a entrada de mais de 50 milhões de pessoas ao mercado consumidor de bens duráveis, acarretando significativa alteração na composição do que vem sendo chamado de “nova classe média”.

No mesmo sentido, Pochmann (2012, p. 10) acredita que associar o consumo de bens duráveis às características gerais das classes populares, é um fato que não está revestido de qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha”.

Desta forma, estas alterações da composição das classes sociais, não é suficiente para dar validade às concepções que denominam este novo contingente de consumidores brasileiros como uma “nova classe média”, mas sim, apenas demonstram que a partir de políticas de governo desenvolvidas nos últimos anos, preocupadas com as condições de vida mais precárias, conseguiu-se elevar o seu padrão de consumo, sendo que atualmente 55% da população brasileira integra a “classe C” composta por mais de 100 milhões de pessoas que, em face da ascensão social, passaram a consumir mais, alimentando, em contrapartida, o mercado interno” (RAMOS FILHO, 2013, p. 11-12).

Contudo, em que pese o quadro de aumento da renda e do consumo, é preciso refletir acerca do preço que está sendo pago pelos trabalhadores para alcançar este aumento das condições materiais. As medidas tomadas para uma maior distribuição de renda e aumento do

consumo interno, também a partir do oferecimento de fontes de crédito que antes somente eram acessíveis às classes média e alta, também mobilizou o mercado de bens e consumo no Brasil, dando ensejo à uma reestruturação produtiva do capital.

Esta relação de fornecimento de condições materiais de consumo, de um lado, e reestruturação produtiva do capital, de outro, é essencial para demonstrar que estes trabalhadores ascenderam socialmente, mas para tanto são obrigados (ainda que voluntariamente) à se submeterem a contratos de trabalho flexíveis e precários.

Esta classe de emergentes representa 30 milhões de brasileiros que adentraram no mercado de consumo por esforço próprio, os quais são o exemplo da nova autoconfiança brasileira dentro e fora do Brasil (SOUZA, 2012b, p. 47-48).

Da mesma forma que o termo “lumpenproletariat”, o termo classe média também surgiu sob a perspectiva de uma estrutura social proveniente do capitalismo industrial.

Na medida em que se assiste ao avanço das sociedades pós industriais, com forte peso relativo da ocupação de serviços, pode tornar-se sem efeito a aplicação simplista do conceito tradicional de classe, sobretudo na classificação da classe média ancorada no critério de rendimento (POCHMANN, 2014, p. 45).

No novo contexto, fica muito claro que existem classes positivamente privilegiadas, por um lado, e classes negativamente privilegiadas, por outro, é necessário perceber como os “capitais impessoais” que constituem toda hierarquia social e permitem a reprodução da sociedade moderna, o capital cultural e o capital econômico, são também diferencialmente apropriados (SOUZA, 2012b, p. 25).

O capital cultural a que se refere Jessé Souza, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado, bem como, serve para perpetuar uma série de privilégios que de geração em geração, de pais para filhos, são transmitidos e monopolizados pelas classes média e alta.

Nos países de industrialização tardia, como é o Brasil, o uso do conceito de classe média talvez seja ainda mais extemporâneo. Isso porque a adoção de uma medida descontextualizada da base original é estranha à realidade fática, guardando consigo, obviamente, objetivos que se aproximam muito mais de interesses ideológicos específicos ou projetos

políticos de reconfiguração de redução do papel do Estado, do que efetivamente a caracterização da sociedade (POCHMANN, 2014, p. 45).

No que se refere à classe média a visão economicista do mundo é ainda mais visivelmente obsoleta. Essa classe social, ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e produção de capital cultural (SOUZA, 2012b, p. 24).

Este processo de identificação emocional e afetiva, que forma e molda o habitus do indivíduo pertencente à classe média, lhe proporciona grande vantagem quando na competição travada na idade madura, em relação às classes desfavorecidas.

Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a “incorporação” (literalmente tornar “corpo”, ou seja, natural e automático) das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são “aprendidos”, pelos filhos dessas classes privilegiadas, ainda que com grande esforço, por identificação afetiva com os pais e seu círculo social (SOUZA, 2012b, p. 24).

Diferentemente desta, a ascensão dos batalhadores decorre de um imenso esforço destes indivíduos, muitos oriundos da ralé, para superar a ausência de capital econômico e cultural e conseguir atender às novas exigências do capitalismo mundial.

Nas palavras do próprio Jesse de Souza (2012b, p. 24):

[...] essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. [...]

o que parece estar em jogo na ascensão social dessa classe é a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas. Se o capital econômico transmitido é mínimo, e o capital cultural e escolar comparativamente baixo em relação às classes superiores, média e alta, a maior parte dos batalhadores entrevistados, por outro lado, possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados.

Assim, feitos estes breves apontamentos acerca das principais diferenças existentes entre a ralé, os batalhadores e a classe média, com maior destaque para a classe dos batalhadores, ligados diretamente aos empregos de baixa renda – ou seja, 47,8% do total da força de trabalho ocupada e 24,5% das remunerações do país – cabe analisar sua evolução recente diante das transformações mais gerais da economia e da sociedade brasileira, ainda que de forma muito breve, mas que, tendo em vista os apontamentos já realizados, resta claro que este segmento social em nada se associa ao conceito de classe média (POCHMANN, 2012, p. 29-30).

5. A reprodução do sistema capitalista a partir do discurso da nova classe média

Traçado o parâmetro acerca das diferenciações entre as classes abordadas nos capítulos anteriores, que se distinguem principalmente pelo seu capital imaterial, desnecessário se torna retomar a discussão acerca da vinculação da sociedade e sua divisão por classes a um critério economicista, pois esta abordagem sobejamente falha, invisibiliza o real objetivo destas divisões, que é ocultar o real valor do capital imaterial e a sua importância para a transmissão e reprodução dos “privilégios sociais”.

Por privilégio social, adotamos o conceito de Jessé Souza, para quem é o acesso indisputado e legitimado a tudo aquilo que a imensa maioria dos homens e mulheres mais desejam na vida em sociedade: reconhecimento social, respeito, prestígio, glória, fama, bons carros, belas casas, viagens, roupas de grife, vinhos, mulheres bonitas, homens poderosos, amigos influentes etc. (SOUZA, 2012b, p. 48).

Ocorre que antes do acesso a estes privilégios sociais, esta “nova classe” está sendo submetida a processos de exploração que vão além da pura e simples expropriação da mais valia, a estratégia do capital agora, é o sequestro da subjetividade do homem que trabalha, ultrapassando a barreira das fábricas e adentrando nos lares, no tempo de não trabalho, enfim, no subconsciente destes.

Sobre o sequestro da subjetividade, novamente se recorre às lições de Wilson Ramos Filho (2012, p. 363):

No terceiro espírito do capitalismo os novos métodos de gestão passam a preconizar a utilização da remuneração variável como instrumento de obter legitimidade para conquistar a adesão individual dos trabalhadores ao modo de vida proposto pela ideologia dominante. Ao contrário do que ocorria no segundo espírito do capitalismo, quando essa adesão se fundava no reconhecimento de direitos sociais coletivos, seja pelo Estado, seja pelos empregadores, como contrapartidas fordistas à classe trabalhadora pela aceitação do direito a subordinar, no capitalismo descomplexado e descomprometido característico da virada do século para o atual são potencializados os instrumentos de sedução dos trabalhadores individualmente considerados. Isso implica a desvinculação entre remuneração e tempo de trabalho, pela introdução de sistemas diversos de participação nos lucros e resultados, bonificação por metas e de outros mecanismos de remuneração variável.

O capitalismo moderno constitui-se em um sistema de reprodução econômica e social utilitarista, sem qualquer relação com qualquer relação com fins e valores humanos, não em relação à um sentido de compaixão com o ser humano, mas sim no sentido de transformar os valores humanos, de transformar o homem com necessidades em homem necessitado.

Sob esta ótica e ética, já ensinava Karl Marx (2004, p. 14) sobre a estratégia do capital de desconstrução e reconstrução das instituições sob a sua perspectiva, onde tudo o que é sólido desmanda-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.

Esta é a irracionalidade do racionalizado, é a ineficiência da eficiência. O processo de crescente racionalização que acompanha todo o desperdício moderno está produzindo uma irracionalidade crescente. Deixa de ser progresso no mesmo grau que suas consequências sejam regressivas, com o que perde o seu sentido. Sem embargo, uma sociedade que realiza um processo de vida sem sentido, tampouco pode desenvolver um sentido da vida (HINKELAMMERT; MORA, 2005, p. 142).

E é justamente em razão desta irracionalidade que o capitalismo se reproduz em razão de um “espírito” que justifique o processo de acúmulo incessante de capital.

A atividade econômica do capitalismo vive da aparência da autonomia e independência em relação às outras esferas sociais. Mas, o

processo de acumulação de capital não se justifica em si mesmo, e perceber seu núcleo simbólico em cada contexto histórico implica reconstruir suas formas de legitimação tornadas invisíveis (SOUZA, 2012b, p. 29).

Max Weber (2004, p. 47) foi o autor que, talvez, tenha entendido de forma mais aprofundada a questão do capitalismo com um espírito:

[...] essa ideia singular, hoje tão comum e corrente e na verdade tão pouco autoevidente, da *profissão como um dever*, de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo de sua atividade “profissional”, seja ela qual for, pouco importa se isso aparece à percepção espontânea como pura valorização de uma força de trabalho ou então de propriedades e bens (de um “capital”) – é essa ideia que é característica da “ética social” da cultura capitalista e em certo sentido tem para ela uma significação constitutiva.

Perceber a dimensão simbólica de justificação do capitalismo, que pode, entre outros símbolos, ser representado por este espírito weberiano do capitalismo, equivale não apenas a ultrapassar a dimensão ingênua que percebe a atividade econômica como “neutra” em relação a valores, mas também, e principalmente, perceber o próprio terreno da justificação do processo de acumulação de capital como uma “luta em aberto” que pode ser refeita em qualquer tempo (SOUZA, 2012a, p. 29).

A ordem econômica capitalista na qual se insere toda a discussão tratada até o momento, é ilustrada por Weber como sendo um imenso cosmos no qual o indivíduo já nasce dentro, o mundo de *Matrix*, onde este, ou se adapta àquelas condições ou não terá muito tempo de sobrevivência.

Esse cosmos ou *Matrix*, impõe ao indivíduo as normas de comportamento a serem seguidas sob pena de sanção, e não trata apenas do comportamento profissional, mas também social. Neste sentido, o fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado (WEBER, 2004, p. 48).

Este mesmo espírito compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo de produção burguês. Compele-as a

introduzirem o que chama de civilização no seu meio, ou seja, a se tornarem burguesas. Resumindo, cria um mundo à sua imagem (MARX, 2004, p. 16). A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que não controla os poderes do outro mundo por ele conjurado com seus feitiços (MARX, 2004, p. 18).

Contudo, em que pese a crença fervorosa nesta metafísica das relações laborais, estas ocorrem, de fato, no plano das relações sociais, o que implica admitir que o Estado, sobretudo por meio do Direito Capitalista do Trabalho, será tanto mais protetor das classes dominantes quanto menor for a capacidade de resistência (e de poder) das classes dominadas (RAMOS FILHO, 2013, p. 4).

O direito, nesta perspectiva, deve ser compreendido como um sistema de atribuição de poder e renda aos agentes envolvidos nas relações capitalistas, o que ocorre, conforme predito, de forma desigual.

Tendo em vista esta dinamicidade, por ser relacional, sempre que há uma crise, e por consequência, uma precarização da regulação do direito, se produzem alguns efeitos importantes: (i) transferência de renda da classe trabalhadora para a classe patronal, associada a um novo ciclo de acumulação acelerada do capital; (ii) concentração maior de poder nas classes empresariais, com a diminuição dos poucos espaços democráticos existentes nas relações de trabalho; e (iii) ampliação do mal-estar social pela ampliação das contradições entre as classes sociais fundamentais (RAMOS FILHO, 2013, p. 13).

Este processo é cíclico e continuado, o burguês, incorporado na figura do capital, não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores (MARX, 2004, p. 14).

A crise estrutural do capital altera a temporalidade da barbárie histórica, que não se restringe tão somente a um *momentum* de interregno da acumulação de capital, mas torna-se a nova temporalidade social e metabólica. Este processo instaura o que Giovanni Alves chama de

“barbárie social”, que contém elementos de negação contínua da própria civilização (ALVES, 2011, p. 23).

Este é o meio pelo qual o capital se reinventa e se transforma para adquirir e desenvolver novas formas de exploração do trabalho vivo, a partir das seguidas crises criadas pelo próprio capitalismo ou, pela apropriação e incorporação dos elementos criados como contra poder, o capital se renova.

Como consequência para o homem que trabalha, desenvolve-se o sociometabolismo da barbárie, termo que agora retomamos, que é caracterizado pelo metabolismo social de “dessocialização” por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, que sedimenta a cultura do medo (ALVES, 2011, p. 22).

Dissemina-se o espírito do toyotismo como uma nova ideologia orgânica da produção de mercadorias, difunde-se o novo e precário mundo do trabalho, do irracionalismo e do estranhamento social (ALVES, 2013, p. 39).

É a expansividade desta relação-capital cujo controle sociometabólico não se limita mais ao local de trabalho, expondo os claros limites gnosiológicos² dos estudos da sociologia industrial e do trabalho que se restringem ao tratar da reestruturação produtiva, meramente à fábrica ou mesmo à cadeia produtiva propriamente dita (ALVES, 2011, p. 35).

Neste modelo de sociedade, as pessoas não comem quando tem fome, elas comem quando chega a “hora de comer”, de acordo com o tempo que lhe é determinado para o trabalho e não trabalho.

Este tempo de não trabalho tampouco pode ser considerado como tempo livre, pois haverá de ser ocupado com atividades também “nobres”, como o consumo ou a participação em uma das instituições pelas quais se constrói a sociedade capitalista (RAMOS FILHO, 2012, p. 20).

Sequestrando a subjetividade dos trabalhadores, no seu tempo de trabalho e não-trabalho, estes métodos induzem lealdades mediante sistemas sofisticados de coações pela utilização de novas técnicas de

² É a parte da Filosofia que estuda o conhecimento humano. É formada a partir do termo grego “*gnosis*” que significa “conhecimento” e “*logos*” que significa “doutrina, teoria”.

engajamento, dando a ideia de que o trabalhador está inserido na empresa (RAMOS FILHO, 2012, p. 386).

A flexibilização da contratação salarial e a constituição de um precário mundo do trabalho, além da flexibilização dos salários com a individualização (e fragilização) do poder de barganha da classe, são elementos compositivos das condições objetivas pressupostas da “captura” (ou sequestro) da subjetividade (ALVES, 2011, p. 51).

É neste contexto que surge a classe dos batalhadores (e não a nova classe média), que trabalha entre 8 e 14 horas por dia e imagina, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível (SOUZA, 2012b, p. 57).

Contudo, para que os batalhadores sejam reconhecidos como classe, primeiramente é necessário se reconhecerem como tal, libertando-se da violência simbólica das classes dominantes a partir de uma consciência social, de homogeneização das condições de vida, materiais e imateriais, dentro e fora do trabalho, aumentando a autoestima e o poder de barganha em face do poder patronal representado pelo capital.

6. Considerações finais

Em termos sociais, nos últimos anos houve a reorientação das políticas, em virtude das políticas sociais redistributivas, tendo como exemplos bem-sucedidos, os programas “Fome Zero” e “Minha Casa Minha Vida”, bem como, houve a elevação da capacidade de consumo de grande parcela da população que tinha a sua remuneração vinculada ao salário mínimo, que por sua vez teve o seu poder de compra revitalizado, também como resultado de uma política de governo.

Com a diminuição dos níveis de pobreza e a maior participação da população na renda nacional, por meio do aquecimento do mercado interno, houve o crescimento da chamada (erroneamente) “nova classe média”.

O capital, por sua vez, em contrapartida ao aumento do padrão material de vida destes estratos sociais, que correspondem à maioria da população brasileira, ampliou o seu poder de acumulação, atendendo à um

mercado consumidor até então inexistente, o que simbolicamente legitimou o modo de produção capitalista.

Ao aplicar medidas típicas do segundo espírito do capitalismo, em substituição à ética do terceiro espírito que havia caracterizado os primeiros dez ou quinze anos de vigência da atual ordem constitucional, o capitalismo brasileiro vivenciou inédito processo de relegitimação desse modo de produção (RAMOS FILHO, 2012, p. 444).

Em razão desta relegitimação, calcada no poder do capital de apropriar ideias e reproduzi-las ao seu modo, sendo objeto de destaque o “discurso da ascensão da nova classe média” como ideologia para tornar invisíveis os modernos e apurados métodos toyotistas de gestão para exploração dos trabalhadores, debilitando o estatuto do salariado e submetendo ao flexível e precário mundo do trabalho.

E por meio desta reflexão se conclui que é somente pelo desenvolvimento da consciência de classe em si e para si, que a ralé e os batalhadores conseguirão desenvolver pautas de reivindicação políticas, econômicas e sociais, compatíveis com seus reais problemas, libertando-se da mítica caverna platônica, libertando-se da Matrix ou do cosmos weberiano, que aprisiona e escraviza milhões de brasileiros por meio de correntes invisíveis, todos os dias, por gerações, seja pelo agulhão da fome, seja pelo sequestro da subjetividade, este último o meio mais eficaz.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

HINKELAMMERT, Franz J.; MORA, Henry M. **Hacia una economia para la vida**. San José, Costa Rica: DEI, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Centauro, 2007.

MARX, Karl. Engels, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

NEVES, Sylvia Malatesta das. Entre a formalização e a precarização: o telemarketing e a incorporação do subproletariado ao mercado de trabalho brasileiro. In: RAMOS FILHO, Wilson; WANDELLI, Leonardo Vieira; ALLAN, Nasser Ahmad (Coord). **Trabalho e Regulação no Estado Constitucional**. Vol. 04. Curitiba: Juruá, 2013.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo:Boitempo, 2014.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho:** história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

_____. **Marxismo e política:** as classes sociais e o direito. Revista do Curso de Direito UNIFACS, n. 151, 2013.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A construção social da subcidadania:** Para uma sociologia política da modernidade periférica. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012a.

_____. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2012b.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.